

DIACRONIA

O PORTUGUÊS DO BRASIL: A LÍNGUA DE ALENCAR

Jorge Marques

O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pêra, o damasco e a nêspera?

(José de Alencar)

Geralmente, ao lermos comentários acerca da obra de José de Alencar e de sua importância para as letras brasileiras, encontramos a afirmação de que o escritor romântico foi o primeiro – ou um dos primeiros – a se preocupar com a criação e reivindicação de uma chamada “Língua Brasileira”, a qual estaria, portanto, descolada e diferenciada da língua portuguesa. Evocam-se algumas características gerais do movimento literário do qual Alencar foi ativo participante – o Romantismo –, destacadamente o sentimento de nacionalidade, a valorização e o estudo da cultura brasileira para justificar-se a pretensão alencariana de se efetivar a criação deste novo sistema lingüístico. Basta isso para que se crie o equívoco que hoje já se encontra em vias de se tornar lugar comum: o de que José de Alencar foi um dos idealizadores intelectuais, no século XIX, da criação de uma “Língua Brasileira”.

Nada mais falso, no entanto. Se observarmos de forma detida e analítica a produção ensaística de Alencar – contida principalmente nos prefácios de seus romances –, constataremos que algo diverso da “Língua Brasileira” era o que procurava o escritor romântico. Não sendo um lingüista nem um estudioso profundo do fenômeno lingüístico, e, portanto, confundido-se e cometendo alguns tropeços quanto ao uso de nomenclaturas, mesmo assim Alencar deixou clara a sua mensagem: a Literatura Brasileira já possuía suficiente maturidade para ser desenvolvida através de um estilo próprio e que refletisse o espírito de nossa nacionalidade.

Alencar não acreditava que deviam os escritores brasileiros se submeterem às regras e normas de estilo que remetiam à época renascentista – fato comum na época –, mas sim escreverem de maneira que melhor lhe aprovessem e melhor favorecesse a qualidade literária de seus escritos, defendendo, deste modo, a liberdade de expressão brasileira com o seguinte argumento: “Se nós, os brasileiros, escrevêssemos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

livros no mesmo estilo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 39). Que lúcida e brilhante observação esta, a qual não se desgastou com o tempo – basta lembrarmos das falas de Oswald de Andrade, cerca de meio século mais tarde, a proclamar que, para que a cultura literária brasileira se tornasse universalmente reconhecida, seria necessário que os escritores não imitassem estilos externos, mas sim desenvolvessem aqui no Brasil algo próprio a fim de que os outros povos nos notassem por nossas manifestações originais, e não por cópias pouco imaginativas.

As reivindicações propostas por Alencar não constituem o projeto de efetivação de uma “Língua Brasileira”, mas constatam algo bastante patente: a visível mutação sofrida pela língua portuguesa no Brasil, adaptando-se às circunstâncias locais. É assim que o escritor adverte para a “tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal” (*ibidem*, p. 24).

Defesa de estilo literário próprio, valorização de escritos que privilegiassem vocabulário e sintaxe tipicamente nacionais e consideração de um “dialeto brasileiro” (o qual seria tão-somente o que hoje chamamos de falar do Brasil): eis o que defendia, em seus escritos, José de Alencar. Entretanto, se tais foram as posições defendidas teoricamente pelo escritor, na prática nem sempre ele as levou até as últimas conseqüências quando da composição final de seus romances. É assim que, ao lado do “estilo brasileiro”, por ele proposto e defendido, temos em seus escritos literários a presença marcante de elementos que remetem a uma tendência classicizante no manejo com a língua. Esta dicotomia constituirá nosso principal elemento de análise a partir de agora. É importante ressaltarmos, a propósito, que o brilhante estudo realizado pelo professor Gladstone Chaves de Melo (1972) acerca do assunto serve como base para diversas das questões a serem aqui expostas.

ALENCAR E O “ESTILO BRASILEIRO”

Como já foi dito, Alencar foi um veemente defensor de um modo de fazer literário que reportava às raízes do escritor brasileiro. Em conseqüência disso, várias foram as suas formas inovadoras no trato e no manejo com a língua, o que lhe rendeu críticas de diversos estudio-

DIACRONIA

que passaram a se dar ao trabalho de catar supostos “erros” presentes nas obras alencarianas. Dentre as inovações propostas por Alencar em seus romances, podemos destacar as seguintes:

Utilização de “vocabulário brasileiro”

Ao mencionarmos a expressão “vocabulário brasileiro”, fazemos referência aos tupinismos e brasileirismos que povoam os romances de Alencar, notadamente os do ciclo indianista. O escritor preocupava-se de tal forma com este aspecto da sua obra que se dedicava à pesquisa exaustiva de nomes indígenas para fazer uso deles em seus escritos. Importa notar que José de Alencar não se limitou a lançar aqui e ali, dentro de seus textos, diversos vocábulos de sabor tupinista. Desenvolvendo seu estilo, o escritor cearense dedicou-se a promover uma série de comparações, que acabaram por constituir marcas registradas suas. Tomemos *Iracema* e teremos os seguintes exemplos: “O favo do jati não era doce como seu sorriso” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 56); “o gavião paira nos ares. Quando a nambu levanta, ele cai das nuvens e rasga as entranhas da vítima. O guerreiro tabajara, filho da serra, é como o gavião” (*Ibidem*); “O coração de Iracema está como o abati na água do rio” (*Ibidem*).

Em suma, podemos afirmar que “o gosto de Alencar pelos tupinismos” (Melo, *op. cit.*, p. 56) é um dos fatores que melhor evidenciam a preocupação do escritor pelo desenvolvimento de um estilo de escrever próprio e tipicamente nacional, o que colaborou para a implantação de um sistema literário liberto de cânones lingüísticos europeus.

Colocação pronominal

A localização dos pronomes oblíquos dentro da oração sempre foi motivo de controvérsias. Vale notar, por exemplo, que se em Portugal temos como fato comum a utilização do pronome oblíquo átono após o verbo, no falar brasileiro o pronome vem anterior ao verbo da oração. O que se deve levar em conta, a propósito, é que “na nossa língua a ordem das palavras é muito livre, e que todas as formas de colocação dos pronomes são igualmente válidas no português” (Sérgio, *apud* Melo, *op. cit.*, p. 104). Nos dias atuais, já se concluiu que, no texto literário, os pronomes devem ser usados de maneira que tornem mais agra-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

dável o ritmo e a eufonia do texto, optando-se assim por liberar a colocação de pronomes de regras específicas.

Nem sempre foi assim, porém. No passado, eram rígidas as análises feitas quanto à colocação pronominal. Escritor que tem em um de seus fundamentos a preocupação com a estética textual, Alencar pouco se importou com a gramatiquice asfixiante que predominava nos meios letrados de sua época. Optou, deste modo, por manejar os pronomes da maneira que melhor achasse cabível. É assim que aparecem, em sua obra, pronomes localizados de forma regular - “Não pode mais separar-se” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106); Ceci não se há de zangar mais” (Alencar, *apud Melo*, 1972: 105) - e irregular - “Quando lembrou-se que o italiano podia vê-lo” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106) (a conjunção *quando* atrai o pronome oblíquo *se*, que deveria ficar junto a ele); “Aquela que roubou-me o amor” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 107) (o *que* atrai o oblíquo *me*, que deveria ficar junto a ele).

A partir da exemplificação acima, concluímos que, especificamente no caso da colocação de pronomes, Alencar optou por esta ou aquela colocação específica a partir de sua intuição de romancista, destinando ao pronome oblíquo a localização que melhor lhe favorecesse a estética do texto.

Utilização de expressões coloquiais normativamente inadequadas

É polêmico o teor de algumas expressões violadoras da norma culta da língua portuguesa que, vez por outra, aparecem nos escritos de Alencar. Enquanto uns pensam tratar-se de efetivos deslizes e descuidos por parte do autor, alguns outros apelam para o contexto no qual estas expressões aparecem, muitas delas figurando em diálogos e tendo, supostamente, a função de registrar o modo pelo qual se expressam as personagens. A seguir, destacamos alguns destes casos presentes na obra alencariana:

A. Concordância – Verbos *haver* e *fazer*. Exemplifiquemos: “Depois de amanhã fazem três semanas [que eles partiram]” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 118); “[Peri] guiava-o [D. Antonio de Mariz] aos lugares onde haviam terrenos auríferos ou pedras preciosas” (Ibidem). Segundo a gramática normativa, os dois verbos deveriam manter-se no singular. Quanto ao primeiro exemplo, porém, pelo fato de ele estar in-

DIACRONIA

serido na fala de uma personagem (Isabel), que não teria, no momento, nenhum compromisso maior no cuidado com a língua, argumentam alguns ter sido propositadamente elaborado o desvio, caracterizando assim o caráter coloquial da fala; quanto ao caso do verbo *haver*, porém, o deslize do autor parece patente (a frase encontra-se enfeixada em pleno discurso do narrador), não obstante Melo afirmar que “é sabido que há alguns raros exemplos deste teor em escritos portugueses” (Melo, *op. cit.*, p. 118).

B. Regência verbal – Relaciona-se especificamente ao caso do verbo *preferir*. Classicamente, diz-se: “Prefiro isto a aquilo”, sendo *a* o termo regido do verbo. Em determinados momentos de sua obra, porém – e, notadamente, estes momentos são constituídos por diálogos – Alencar utiliza o verbo acompanhado do complemento *do que*: “Prefiro estar onde estou do que por aí, metido nalgum despenhadeiro” (Alencar, *apud Melo*, 1972, p. 106), regência esta característica da fala coloquial, além de favorecer fortemente a sonoridade do período.

ALENCAR E A LÍNGUA FORMAL

Até este momento, demos especial destaque ao caráter inovador do manejo lingüístico estruturado por José de Alencar em suas obras. Priorizamos apresentar determinados aspectos característicos de seu texto que indicam a força do estilo brasileiro nele presente. A partir de agora, porém, colocaremos em pauta outro aspecto do estilo alencariano: suas ligações com as formalidades clássicas, reportando-se de modo amiúde a escritores como Camões ou Antonio Vieira. Fica logo evidente uma profunda – e, até certo ponto, bastante interessante – contradição. Se, por um lado, Alencar defende veementemente a liberdade do artista brasileiro em expressar-se em um estilo que estivesse a fim com o espírito nacional, por outro lado praticará um estilo que em muito bebe na fonte de escritores da Literatura Portuguesa. O que se consegue observar é que José de Alencar não conseguiu levar às últimas consequências, na prática ficcional, aquilo que advogava em sua obra ensaística. Viveu assim o dilema estilo brasileiro/ língua formal, trafegando pendularmente entre um e outra. Constatemos, a seguir, em quais aspectos da obra de Alencar pode ser apontada a presença de uma prática lingüística classicizante:

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Expressões literárias

O tom elevado da prosa alencariana, o aprumo vocabular e a perfeita utilização de adjetivos são alguns dos elementos que evidenciam as raízes clássicas nas narrativas do autor.

Para comprovarmos de maneira concreta esta realidade na obra do escritor cearense, lançaremos mão de parte de trechos de obras já exemplificados e estudados por Gladstone Chaves de Melo para, a seguir, estabelecermos uma série de comentários acerca das passagens que ora citaremos: “Há três *sóis* partimos para a caça” [Cf. “Porém já cinco *sóis* eram passados/ Que dali nós partíramos” (Lus., V, 37)] (Melo, *op. cit.*, p. 75); “Se queres falar, teu *hóspede* escuta” [*Hóspede* aqui é quem dá hospedagem, significação comum na língua clássica] (Melo, *op. cit.*, p. 78); “*Tanto que* os dois guerreiros tocaram as margens do rio, ouviram o latir do cão a chamá-los” [*tanto que* = *logo que*: locução conjuntiva temporal freqüentíssima na língua clássica usada até o século XVIII e tornada muito mais rara na língua contemporânea (...)](Melo, *op. cit.*, p. 79).

Creemos que os trechos acima compilados tornam bastante evidenciado o caráter classicizante da língua de Alencar. Isto pode parecer contraditório, já que anteriormente destacamos a reivindicação do autor por um estilo nacional e seu gosto por tupinismos. Vale lembrarmos, porém, o caráter dúbio da posição estética tomada por José de Alencar, que nem sempre efetivou em suas obras romanescas o que preconizou em suas obras ensaísticas. Daí que, em seus textos, conviverão, lado a lado, expressões de origem tupi e expressões de cunho quincentista, vocabulário tomado do falar coloquial brasileiro e vocabulário de raízes arcaicas, estilo eminentemente nacional e estilo influenciado pelos clássicos.

Construções literárias

O preciosismo muitas vezes caracteriza o estilo de Alencar quando de sua seleção vocabular. Tal aristocracia textual continua presente, do mesmo modo, na estrutura frasal que compõe a língua de Alencar, caracteristicamente clássica e, até certo ponto, arcaizada. Este item do trabalho objetiva promover a análise destas construções, abaixo destacadas:

DIACRONIA

A. Utilização de regências clássicas – Como, por exemplo, no caso do verbo *começar*, ao qual Alencar faz acompanhar a preposição *de*: “Começou de cismar” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 96). Outro exemplo de regência clássica no texto alencariano encontra-se presente na seguinte passagem: “Sentido da mágoa que causara” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 94), com o *de* na regência do complemento da passiva.

B. Construções estruturais clássicas – Façamos notar, por exemplo, a passagem “Mas *seus olhos dela* não se cansam de acompanhar à parte e de longe o guerreiro e o senhor” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 94), onde aparece a construção de tom pleonástico “seu dele”, comum na língua portuguesa arcaica. Outro sinal de arcaização da língua de Alencar encontra-se presente na utilização de verbos intransitivos pronominais, como ocorre na frase “De um pulo *sumiu-se* numa grande noite de arvoredo” (Alencar, *apud* Melo, 1972, p. 99), que remonta estruturas antigas do português.

C. Utilização de verbos reflexivos sem o pronome acompanhante – Este aspecto da língua de Alencar se destaca estilisticamente pela quantidade de vezes que aparece em seus textos. Foi o escritor cearense muito criticado em sua época por gramáticos que o acusaram de utilizar equivocadamente os verbos reflexivos, fato que o levou a defender-se usando como respaldo a figura de Antonio Vieira, escritor de máxima erudição e formalismo clássico, e que mantinha a mesma prática em seus escritos. Vale lembrar que não só Antonio Vieira utilizava os pronomes reflexivos de tal forma, mas também o faziam uma série de escritores portugueses, como Camões, Bernardes e Heitor Pinto, o que nos leva a inserir tal prática em mais uma atitude de formalismo clássico da prosa de Alencar, não obstante alguns estudiosos terem-na considerado um “erro”.

O PORTUGUÊS DO BRASIL É A LÍNGUA DE ALENCAR?

O aspecto estilístico do trabalho com a língua promovido por José de Alencar reflete todo o caráter dúbio de seu projeto romanesco e, por extensão, de todo o movimento romântico brasileiro. É assim que as propostas teóricas de Alencar, como já foi assinalado oportunamente, se por um lado refletem já um certo amadurecimento do sistema literário brasileiro, por outro lado jamais são levadas até as últimas consequências na prática, havendo, por assim dizer uma concessão do escritor a

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

posicionamentos outros. Este descompasso que perpassa toda a obra de Alencar e que caracteriza, no final das contas, certa dose de artificialismo por parte do projeto do escritor, deve, porém, merecer compreensão: sendo um pioneiro na reivindicação de um estilo brasileiro de escrever, assunto tão polêmico em época de gramatiquice caturra, não se pode exigir de Alencar total coerência entre teoria e *práxis*, mas somente louvã-lo por, com suas propostas, ter ajudado a impulsionar e a efetivar um sistema literário caracteristicamente brasileiro. Tal fato foi, a propósito, reconhecido por muitos dos escritores modernistas, como Mário e Oswald de Andrade, ao repensarem as idéias do escritor cearense no século XX e a ele se referirem como “meu irmão Alencar”.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, J. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1975.
- ELIA, S. *Estudos filológicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Grifo, 1956.
- . *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.
- MELO, G. C. de. *Alencar e a “língua brasileira”*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.
- . *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1975.
- . *A língua do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.
- SILVA NETO, S. *Introdução ao estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Presença, 1986.